



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

PODER LEGISLATIVO

Rua Adiles André, s/nº

Bairro Serra Mar

Itapemirim-ES

CEP: 29.330-000

Fone/Fax: (28) 3529-5108

E-mail: camara@camaraitapemirim.es.gov.br

Ata da 11ª (Décima Primeira) Sessão ordinária do 1º (primeiro) Período Legislativo Ordinário, da 20ª (Vigésima) Legislatura da Câmara Municipal de Itapemirim Estado do Espírito Santo, realizada no dia 12 de abril de 2022, na sede do Legislativo, situado na Rua: Adiles André, s/n, Serra Mar, Itapemirim-ES, sob a Presidência do Vereador Paulo Sérgio de Toledo Costa. À hora regimental, foi registrada a presença dos seguintes vereadores **Alquimar Ferreira da Silva, Antônio Carlos Helvécio, Erasto da Costa Rocha, João Bechara Netto, Júlio César Carneiro, Júlio César Ferreira de Magalhães, Lenildo Henriques, Lucimar Alves Soares, Renildo Nascimento Peçanha.** O Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo justificou a ausência do Vereador Lucimar Alves em decorrência de problema de saúde. Havendo quórum regimental foi declarada em nome de Deus aberta a presente sessão. A Sessão teve início com a leitura da Bíblia. O Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo concedeu aos vereadores o tempo de dois minutos para realizarem suas considerações iniciais. O Vereador João Bechara Netto fez uma menção de pesar pelo falecimento repentino de Dona Genilça que residia no Gomes, deixou seu abraço fraterno às filhas Kátia e Ciléia, ao neto Patrick Amaral e a todos os familiares e amigos, em seguida solicitou um minuto de silêncio. O Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo agradeceu a presença de alguns amigos e familiares, dos vereadores, enalteceu a presença do Vereador Alquimar e disse que era um prazer tê-lo na Casa assumindo a responsabilidade de administrar o município juntamente com os demais vereadores. O Vereador Renildo Peçanha agradeceu a presença do ex-vereador Luquinha e de seu primo Hudson. O Vereador João Bechara Netto, a pedido do Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo, realizou a leitura do **Ofício Externo Nº 58/2022. Ementa:** Processo 254/2022 – Assunto: Retorno das funções de Vereador. **Autoria: Júlio César Carneiro. MATERIAL DE EXPEDIENTE: Ofício Externo Nº 57/2022. Ementa:** Envio de cópia de Requerimento formulado ao Sr. Prefeito Municipal, sobre o processo administrativo nº 14.246/2021, que resultou na declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, de área localizada à margem da Lagoa Guarandy, de preservação ambiental, conforme Decreto nº 17.806/2022. **Autoria: Yamato Ayub Alves.** Em seguida passou-se para o **PEQUENO EXPEDIENTE:** O Vereador João Bechara Netto disse que existe na Casa um Projeto de Lei Complementar de autoria do Executivo Municipal, encaminhado na data de 30 de março, protocolado a noite às 21h46, um dia antes da queda definitiva do ex-prefeito Thiago; falou que o referido projeto é um anseio do funcionalismo público de Itapemirim porque trata da revisão geral anual com base nas perdas inflacionárias, que a inflação corrói parte do salário e anualmente, com base na Constituição, esse valor é revisado com base num índice, num parâmetro, que a última revisão que foi dada está relacionada ao período de novembro de 2018 a outubro de 2019, ou seja, o servidor tem uma revisão de novembro de 2019 a outubro de 2020 e uma revisão de novembro de 2020 a outubro de 2021, existindo então duas revisões que é direito do servidor receber; em continuidade mencionou que o Projeto de Lei que o Sr. Thiago Peçanha mandou para a Câmara só faz menção à revisão compreendida do período de novembro de 2020 a outubro de 2021 equivalente a 11,0796%, ou seja, o prefeito cassado ignorou a revisão geral, o reajuste salarial do período de novembro de 2019 a outubro de 2020 e com isso queria dizer que o projeto enviado por Thiago Peçanha à Câmara não correspondia ao percentual correto da revisão geral, que o valor real da correção seria o valor correspondente a novembro de 2019 a outubro de 2020 que é de 4,7706% mais o valor correspondente ao período de novembro de 2020 a outubro de 2021 que é de 11,0796% e somando isso totaliza 15,8502%; falou que da forma que o projeto foi encaminhado à Casa e estava na pauta para discussão e votação única, o servidor perde aproximadamente 4,77%, que ao seu ver era muita coisa para um vivenciado período de crise pós pandemia, prosseguiu dizendo que tinha duas sugestões para corrigir isso e ser mais justo com o funcionário e a primeira delas é propor uma emenda ao projeto corrigindo o percentual de correção salarial de 11,0796% para 15,8502% que é o valor justo e correto, não havendo nenhum impedimento jurídico para pagar a revisão do período da Lei Federal que vedava e nada impedia de pagar, pois disse ter



consultado três ou quatro pessoas com esse mesmo entendimento e a segunda sugestão seria oficial ao prefeito em exercício para mandar um projeto de lei substitutivo já com o valor corrigido de 15,85%, mas disse que ficava um pouco receoso, pois o servidor estava esperando muito pela revisão e sua pessoa propondo a emenda seria então apreciada em plenário e provavelmente aprovada, mas chegando no Executivo poderiam alegar que é inconstitucional e isso tinha que partir deles e vetando, o veto seria enviado para a Câmara, a Câmara teria que apreciar o veto, derrubar, promulgar a lei e levaria um tempo para transcorrer isso e oficiando ao Executivo para enviar um projeto de lei substitutivo no momento de uma gestão temporária e passageira em que tudo está muito desorganizado, não saberiam quando o projeto chegaria na Casa, em seguida falou que gostaria de saber dos servidores qual sugestão tomar: se faz a emenda, se oficia ao Executivo ou se deixa passar os 11% e fica fundo perdido, os 4,77%, porque se não conceder o valor corrigido na sua totalidade dos 15%, os 4% fica perdido e dessa forma, disse acreditar que não teria como mais reaver o valor; mencionou que o município tem vários servidores e ouviria quem estava presente na sessão, que a sugestão que adotaria, apesar de saber que tomaria muita pancada por isso, mas estava sendo justo, pois 11 não é 15 e se o certo era 15,85%, que fosse pago 15,85% de correção, seria a retirada e oficial ao Executivo para mandar um projeto substitutivo com o valor correto de 15,85%; falou que pelo contrário, até o momento de votar, pois ainda teria o Pequeno e Grande Expediente, veria qual decisão tomar, se iria propor a emenda ou se iria oficial o Executivo, pois se sentia um pouco confuso e era difícil juntar todos os servidores numa mesma linha de raciocínio e tentava ser o mais justo possível, mas confessava que não era fácil porque nem todos pensavam da mesma forma; disse que a emenda que iria propor não seria uma coisa monocrática porque passaria pela apreciação dos vereadores; após o **Vereador Renildo Peçanha** pediu um minuto e questionou se não seria justo, vendo a necessidade e espera dos servidores devido a lei que tiveram do covid e com isso a falta do reajuste, aprovar os 11% e a Câmara de Vereadores notificar o Executivo por meio de Ofício sobre o reequilíbrio atrasado dos anos de 2020 e 2021 referente à diferença de 4%, e aprovariam os 11%, pois achava justo pelo fato dos servidores estarem na expectativa. O **Vereador João Bechara Netto** concluiu dizendo que existem várias hipóteses, inclusive a sugestão dada pelo Vereador Renildo Peçanha e teriam que ver a menos prejudicial ao servidor e a que dá mais garantia de certeza de que o valor será corrigido dentro do percentual justo que a lei requer. O **Vereador Júlio César Carneiro** cumprimentou a todos e disse que acontecia um momento não muito comum, dado que as circunstâncias do município, politicamente, entrou numa série histórica e a forma que o prefeito interino se encontra, o anterior presidente, colega e nobre Vereador José Lima, não esperavam que fosse dessa maneira, mas que como se fala: "Deus escreve certo por linhas tortas"; fez um agradecimento ao Prefeito José Lima em função da participação dada a sua pessoa em relação a estar no período de transição da pasta da Saúde; falou que sabiam que vieram com as inconstâncias no último mandato do antigo prefeito e muitas reclamações vivenciaram na Casa, principalmente para a pasta da Saúde e nada mais que no legislador e fiscalizador, o prefeito em exercício o convidou, pois já esteve à frente da pasta e no momento imediato o colocou à disposição da população para apurar todos os fatos ocorridos na pasta, pois seria uma forma mais célebre de darem continuidade ao trabalho sem prejudicar a população; parabenizou o Prefeito José Lima por todo o apoio dado a sua pessoa em relação a participar da transição de governo, pois lá pôde obter informações que serão extremamente importantes para a Casa e inclusive teriam uma interlocução muito mediata com o governo interino porque as portas estarão abertas para todo e qualquer vereador fiscalizador que se empenhe, de preferência nas suas áreas afins, para fiscalizar o que estava acontecendo e o que terá que ser mudado; disse que estava falando de um período curto de exercício, que em breve teriam uma nova eleição e ficava difícil ponderar o que tem que ser feito de forma tão rápida até porque pasta da Saúde, Educação, Ação Social depende de uma estruturação mais coesa, célere e ao mesmo tempo firme; falou que pôde identificar vários problemas que seriam pontuados no



próximo expediente, que podiam ter certeza que engradeceriam e muito com informações sobre a saúde para que mesmo com um curto espaço de tempo, haja uma melhoria imediata e que José Lima daria uma resposta com relação a tudo que estava desandando em relação a Saúde; agradeceu ao Vereador Vanderlei Louzada Bianchi que no período de seu afastamento esteve a frente da Casa lhe substituindo com maestria, qualidade de trabalho, em seguida disse que o referido vereador foi seu colega de partido, se tornou seu suplente e no momento que o município precisou de sua presença num período de transição, o mesmo esteve presente. Após passou-se para o **GRANDE EXPEDIENTE: O Vereador Erasto da Costa** cumprimentou a todos, agradeceu a Deus pela oportunidade, agradeceu à Secretaria de Saúde, pois já havia visto diferença e ao Secretário Júlio César Carneiro que estava responsável pela pasta e havia voltada à Casa; disse que não era cobrança ao prefeito e falou sobre o concurso realizado da Guarda Municipal que até então não havia sido resolvido, que contava com a Câmara e com o Prefeito para ver o que podiam fazer de melhor para esses privilegiados que deram os primeiros passos, mas que precisavam fazer um curso para sua função; em continuidade, comentou que o município tem uma certidão negativa e por causa do matadouro não está podendo fazer contratação de firmas, mas que se reuniriam com o prefeito para ver o que poderia ser feito para ajudar. O **Vereador Júlio César F. de Magalhães** cumprimentou a todos e disse que estava com o coração alegre, pois após dezoito anos de casado, Deus concedeu a ele e sua esposa, o nascimento de seus dois filhos gêmeos que estavam no hospital se recuperando, pois nasceram prematuros e contava com as orações de todos que estavam lhe ouvindo; complementou dizendo que os filhos são herança do Senhor e se sentia uma pessoa completa por receber esse presente tão especial de Deus, agradeceu a Deus pela oportunidade de ser pai e afirmou que era mais um dever, mais um prazer em sua vida de lutar por um município melhor, pois seus filhos no futuro irão depender das melhorias feitas; falou que queria chamar a atenção do atual prefeito José Lima que sempre esteve à disposição dos vereadores concordando e apoiando em muitos projetos, mas muitas coisas ditas por ele caíam em suas mãos para serem resolvidas; citou o projeto referente à injustiça feita com os pescadores que por unanimidade de votos José Lima esteve junto com os vereadores e falou que agora seria a hora dele colocar para funcionar porque o prefeito anterior não quis colocar, em seguida disse que contava com o Prefeito José Lima, pois sabia que o mesmo é uma pessoa de disponibilidade para ajudar e tinha conhecimento de que o referido projeto é um projeto constitucional, que daria certo e os pescadores ficariam gratos; **Vereador Júlio César F. de Magalhães:** fez menção ao Ofício Externo Nº 57/2022 lido no Material de Expediente, de autoria de Yamato Ayub Alves e disse que o mesmo é uma pessoa em que teve uma única oportunidade de conversar e viu nele uma pessoa muito séria, um homem firme nas coisas que fala, que lhe passou uma segurança muito grande no ano de 2016 quando o conheceu; em continuidade falou sobre alguns questionamentos feitos por Yamato acerca da desapropriação de uma área no Gomes, comentou que cercaram a frente desta área e a própria população do Gomes derrubou a cerca porque aquele era o único lugar, a Lagoa do Gomes, que a comunidade tinha, que os banhistas podiam usar e era a propaganda que faziam no turismo; disse que os vereadores da base, tanto sua pessoa quanto o Antônio Carlos Helvécio, Renildo Peçanha e Lucimar Alves fizeram uma indicação pedindo que a área fosse desapropriada e se cabia desapropriação, se havia legalidade ou não era outra questão a qual "ele" pede explicações; disse ainda que não sabiam se Marcos Vivacqua é realmente o dono ou não, que só esperava que isso não atrapalhasse o sonho da comunidade do Gomes de ter a área reservada para uso, pois não houve dificuldade para construir casas de deputados, amigos de prefeito, não houve nem mesmo ofício pedindo a construção destas casas e o que está sendo requerido é uma área para uso da população, que se não pudesse ser feito nada, que ao menos não permitisse que ninguém fechasse a área, pois esta pertence à Comunidade do Gomes e mais precisamente ao município de Itapemirim, sendo um ponto turístico; falou que esperava que os questionamentos do amigo Yamato, em relação à legalidade, fossem respondidos para que o dinheiro do povo não seja



pago de forma indevida e esperava também que Yamato entendesse que a indicação partiu de um pedido da própria comunidade do Gomes que fez um abaixo assinado com medo do dono, que dizem ser dono, tomar a área e dessa forma o povo não ter mais acesso ao que eles têm de mais precioso; encerrou dizendo que esperava que nenhum processo atrapalhasse o uso daquela área para os banhistas. O **Vereador Júlio César Carneiro** reiterou seus cumprimentos e disse que como esteve à frente da pasta no período de transição, pontuou alguns fatos que estavam ocorrendo para tornarem um ato informativo à população, até mesmo para que se informem dos causídicos naquela pasta; falou primeiramente da falta de medicamentos que estava sendo um grande gargalo no município e por incrível que pareça o município estava sobrevivendo sobre trocas com outros municípios do Estado e tinha remédio vindo até de Sooretama, em seguida explicou que funciona sendo um banco de WhatsApp entre farmacêuticos que cada município tem e o remédio que tem num município é trocado com o que está sobrando em outro, então as vezes não tinha dipirona em Itapemirim, mas tinha Nimesulida sobrando, então era dado o Nimesulida em troca de Dipirona e muita gente que ia na farmacinha percebia que não tinha os medicamentos de pronta entrega; falou que a atitude tomada neste período foi oficialiar todas as ordens de fornecimento, pedir o jurídico para avaliar se os processos estavam corretos para fazer o pedido de fornecimento, em seguida salientou que pela transição do período de covid, a produção de medicamento ficou comprometida, então logo, alguns medicamentos em que serão geradas as ordens de fornecimento irão demorar alguns dias, pois as fábricas estão com dificuldades para abastecer, mas que o pedido já seria realizado; disse que outro tópico era em relação à sala de vacina, que mesmo todos enfrentando o problema de covid entre outras coisas, mais de quatro salas de vacina não estavam montadas, apesar de possuírem as geladeiras para acomodar as mesmas e então, de imediato, foram identificadas a falta de estruturação das salas de vacina das unidades de saúde, além de outras inoperâncias; falou que as unidades que tem capacidade vacinal seriam abastecidas com as geladeiras e todos os insumos, não só para vacina de covid, mas todas as vacinas do calendário vacinal para fazerem uma agenda de atualização vacinal da população; disse que a frota de veículos da Saúde estava comprometida por inoperância de alguns carros devido a acidente, batidas, após falou que levantou o número de carros em contrato, percebeu que havia mais de cinco carros inoperantes e pediu prontamente a recolocação dos veículos, haja vista, que os contratos tem que estabelecer o retorno dos carros uma vez que estão sendo pagos para estarem no local, não obstante, havia um processo parado com três vans para pessoas com dificuldade para atendimento em outros municípios e na próxima semana, após o feriado, seriam entregues mais três vans para atendimento da população, pois cobrou das empresas que estavam para realizar a entrega; mencionou que um dos gargalos mais complexos foi na odontologia, pois havia muitas salas sucateadas com aparelhos novos inoperantes, não montados, salas com teto vazando água sobre as cadeiras, edificações comprometidas, mofo, poeira, material vencido tanto de medicamento quanto material odontológico, em seguida falou que a nova Secretária Ludmilla já estava fazendo o inventário de toda a Saúde para saber o que tem e o que não tem de insumo, o que pode ser utilizado, que já utilizariam o banco de troca de todo o material que está para vencer para passar para outro município e pegar outras coisas que precisam para que não haja perda de insumos; disse que outro tópico importante era sobre áreas descobertas de Agentes de Saúde, ou seja, áreas que há mais de ano estão sem Agentes Comunitários de Saúde porque não foram chamados no Processo Seletivo, após falou que chamou o Prefeito José Lima, informou o caso e o mesmo pediu para que as áreas fossem convocadas e que o contrato fosse renovado por mais um ano porque o último contrato de Agente de Saúde foi renovado apenas por quatro meses; mencionou que era sabido que viviam numa instabilidade política, que sabiam da necessidade do Agente de Saúde em suas casas e a agenda tinha quatro áreas importantes sem esses profissionais, logo, já haviam realizado todo o processo, já estava no jurídico e haveria a renovação para acalmar todos os profissionais por mais um ano e haverá o chamamento para as áreas que estão descobertas,



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

PODER LEGISLATIVO

Rua Adiles André, s/nº

Bairro Serra Mar

Itapemirim-ES

CEP: 29.330-000

Fone/Fax: (28) 3529-5108

E-mail: camara@camaraitapemirim.es.gov.br

o que demanda um tempo porque tem que dar legalidade aos atos; disse que seria reativado também o chamamento de concurso público de profissionais da saúde, não só como processo seletivo e demais áreas; citou outro feito que foi a falta de insumos e entregas que foi identificado de imediato e disse que o distrito de Itaipava/Itaoca, Joacima, Gomes e até mesmo o Maraguá sofre muito com a dispensação de medicamentos e fralda geriátrica, que no momento em que esteve frente a pasta designou juntamente com a ideia do prefeito de colocarem as fraldas para serem dispensadas juntamente com insulina para os diabéticos, em Itaipava, que vai fornecer para todos os municípios, ou seja, não haverá mais necessidade de saírem do Distrito e irem até a Vila para buscarem um pacote de fralda, muitas vezes sem condições de passagem e até mesmo de veículo para fazer a transição e aquisição dos medicamentos e fraldas, em seguida falou que a insulina é também um marco importante, pois diabéticos debilitados não terão que se deslocar de sua área distrital e observando isso, o Prefeito José Lima juntamente com sua pessoa observaram a necessidade do Garrafão, que é uma área distrital distante da sede, passar a ter também uma farmácia básica o dia inteiro; falou que na região de Safra, Frade e Luanda fariam uma dispensação em dois dias para que a população não precisasse se deslocar até a Vila e isso seria feito por questões administrativas do Conselho de Farmácia, pois o ideal é que tenha uma farmacinha também nesta região para que as pessoas não tenham que se deslocar até o Garrafão; complementou dizendo que no Garrafão, como há legalidade em ter uma farmácia de pronto, forneceriam a fralda, medicamento e todos os insumos necessários para que a população não se desloque até a Vila na mesma condição dos distritos da praia; disse que não obstante, em relação ao seu projeto de indicação que foi a resgate do Garrafão, o prefeito anunciou em concordância e sua pessoa como vereador o cobrou, dessa forma, teriam uma base de resgate no Garrafão para atender a todas as adjacências durante 24 horas; falou que ainda há muitas coisas a serem pontuadas como as questões dos hospitais, UTI'S, hemodiálise e explanaria isso num segundo momento como fiscalizador, como detentor de algum conhecimento sobre saúde porque ainda não havia tido tempo hábil e o que pôde observar foram as necessidades básicas que a população não pode esperar, que outra situação foi o Tráfico de Pacientes para outros Estados que estava muito comprometido; finalizou agradecendo a atenção de todos e disse que esperava ter demonstrado que no período de transição pôde contribuir com o Prefeito José Lima para se ater e municiar o povo de informações e tornar a pasta da Saúde juntamente com o prefeito com sugestões para que a mesma se torne melhor e as pessoas do município tenham acesso à saúde com dignidade. O **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo** cumprimentou todos, agradeceu aos vereadores que explanaram suas falas e disse que queria falar de uma solicitação feita ao Prefeito José Lima e ao Secretário Júlio César Carneiro, enquanto assumiu a pasta, sobre a sala de vacina em Graúna que já vinham almejando há muito tempo e graças a Deus receberam a notícia de que seriam contemplados em breve com a mesma, após o **Vereador Júlio César Carneiro** pediu permissão para falar e agradeceu a equipe do Obras que em menos de uma semana conseguiu restabelecer toda a estrutura da Saúde que estava inoperante; **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo**: disse que existe uma preocupação muito grande em relação à entrega da cesta básica, que acompanharam algumas famílias de perto e sabiam da necessidade que estas estavam passando, que a informação que tiveram foi de que até sexta, e sábado se possível, seria cumprida a agenda de entrega das cestas básicas aos inscritos no Programa; falou que sabia que cada um fazia seu trabalho de cidadão comunitário, mas não conseguiam atender a demanda de todos e sabiam que a entrega da cesta básica era em caráter de urgência porque muitas famílias tem passado necessidade; relatou que recebeu uma mensagem de uma família que tem três filhos, a pessoa é separada e na mensagem dizia que estava mandando os filhos para a casa de sua mãe porque em sua casa não tinha nada, em seguida falou que conhece a família e sabe que está realmente precisando, que as crianças passaram em frente à sua casa quando estavam indo para a casa da avó e como essa família, muitos estavam passando por esse período de turbulência e pagando o preço pela instabilidade política; disse



que seu apelo era para a Secretaria de Ação Social, para o Prefeito José Lima, de que a agenda fosse cumprida, conforme foi anunciada, pois tinha fé em Deus que muitas famílias receberiam a cesta básica para alimentar seus filhos; falou sobre um problema relacionado ao concurso público de 2018, pois tinha pelo menos duas categorias que prestaram concurso público nesse período e até então nenhuma pessoa havia sido convocada, sendo que há uma demanda muito grande para o cargo de Auxiliar Administrativo nas Secretarias de Saúde, nas escolas e demais departamentos; disse que não teve tempo oportuno de conversar com a equipe do Prefeito José Lima e fez um apelo para que revissem tal situação, pois o processo ainda se encontra vigente, pediu que convocassem dentro das vagas disponíveis e que foram ofertadas e que a lei e o edital do concurso público fossem cumpridos, pois as pessoas pagaram suas inscrições, prestaram o concurso público e até então não foram chamadas e estão sem nenhuma solução; falou que outra categoria que vem passando pelo mesmo problema é a dos Guardas Municipais, pois todos sabiam da demanda da referida categoria e esta estava muito defasada; disse que a Guarda Municipal tem se desdobrado para prestar um serviço de qualidade, mas que prestar um concurso público e não ser convocado era de uma covardia muito grande, que já havia iniciado uma conversa sobre o assunto com a nova gestão de José Lima e tomou a liberdade de marcar uma reunião com a Secretaria de Agricultura que está "amarrando" um curso que a Guarda Municipal precisa fazer para serem chamados, que na próxima semana, se Deus assim permitisse, sua pessoa como Presidente da Casa, a Comissão Permanente de Agricultura da Casa se reuniriam junto com a SEAG para discutir sobre a dívida do matadouro que está impedindo uma certidão a qual a prefeitura pode fazer um convênio com o Estado para a prestação do curso acima citado para que a Guarda Municipal seja convocada; disse ainda que a Casa não mediria esforços para que o edital fosse cumprido em respeito a todos que se inscreveram e prestaram o concurso, pois sabia o sofrimento de se chegar a uma aprovação de concurso e a demanda da Guarda era muito grande e devia ter menos de vinte pessoas efetivas no cargo; comprometeu-se em não medir esforços juntamente com seus colegas vereadores pela categoria da Guarda Municipal e outras e através das sessões dariam um retorno sobre; encerrou falando de sua alegria em ter a oportunidade de nomear uma senhora que trabalhou na Câmara por 29 anos e foi exonerada em 2018 ou 2019, que por determinação de Deus, sua pessoa estava na Casa como Presidente interino e teve o privilégio de fazer a nomeação de Dona Lúcia, que as vezes tomam decisões e não sabiam o mal que causava a uma família, a uma pessoa e esta senhora tinha 29 anos de Câmara e foi exonerada faltando apenas onze meses, para se aposentar, que no momento estava aposentada por tempo de serviço e a partir do dia seguinte Dona Lúcia retornaria à Casa, em seguida pediu a todos que orassem pela nova gestão, pelo novo prefeito e sua equipe porque o povo espera a resposta e não pode pagar o preço. Em seguida foi dado início à **ORDEM DO DIA: Projeto de Lei Nº 16/2022. Ementa:** Altera o §1º do art. 89 e acresce o § 4º ao art. 89, da Lei nº 2.539 de 30 de dezembro de 2011, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Itapemirim e dá outras providências. **Autoria: Poder Executivo Municipal. O Vereador João Bechara Netto** informou no início da leitura de material da Ordem do Dia que o referido projeto, após conversa no gabinete do Presidente da Casa, seria retirado de pauta, pois sua pessoa fez alguns questionamentos; explicou que as informações chegaram na Casa dia 04 de abril e estas teriam que ser juntadas no processo, o Executivo teria que ser oficiado para enviar um Projeto de Lei substitutivo porque o prefeito Thiago alterou a minuta do Projeto de Lei sem dar ciência ao IPREVITA; complementou dizendo que precisavam reatar a aliança com o IPREVITA que sempre esteve de portas abertas para dialogar e para que fossem feitas as formalidades de comunicação ao Executivo, o projeto seria retirado de pauta. **Projeto de Lei Complementar Nº 3/2022. Ementa:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder revisão geral anual aos servidores públicos municipais da administração direta e indireta, nos termos do inciso x, do art. 37 da Constituição Federal. **Autoria: Poder Executivo Municipal.** O projeto entrou em Discussão Única. **O Vereador João Bechara Netto** disse que se manifestou no Pequeno Expediente a



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

PODER LEGISLATIVO

Rua Adiles André, s/nº

Bairro Serra Mar

Itapemirim-ES

CEP: 29.330-000

Fone/Fax: (28) 3529-5108

E-mail: camara@camaraitapemirim.es.gov.br

respeito do percentual correto cumulativo a ser utilizado, mas diante da ansiedade dos servidores de estarem há dois anos sem a revisão se dava por convencido de aprovar o projeto da forma que estava até porque o prefeito não era mais Thiago e sim o José Lima que é um servidor público e queria acreditar que o mesmo receberia um ofício da Casa alertando com relação ao período de 2019/2020 ao percentual de 4,77% que não estava especificamente no referido projeto e também acreditar que o José Lima encaminharia um Projeto de Lei à Casa dando a revisão referente aos anos 2019/2020 porque o projeto só trata da revisão dos anos de 2020/2021 até porque o servidor público foi muito castigado durante esse período, estava sofrendo na pele e estava tendo muito dos seus direitos violados e precisavam fazer justiça com o servidor público e o que era direito do servidor deveria ser pago ao mesmo. O **Vereador Renildo Peçanha** falou que o projeto era de grande importância e necessidade porque existia há mais de um ano a expectativa da revisão salarial dos servidores e era muito importante também para os servidores da Câmara Municipal de Itapemirim porque dependia da aprovação do Executivo para os funcionários do Legislativo receberem também a revisão, em seguida lembrou que a revisão seria para os funcionários da Câmara e não para os vereadores. O **Vereador Júlio César F. de Magalhães** disse que havia entendido a colocação do Vereador João Bechara Netto, que o mesmo quis fazer uma correção naquilo que realmente cabe aos servidores, em seguida falou que gostaria que as pessoas não compreendessem de forma errada qual foi a intenção do Vereador João, pois o mesmo quis dar aos servidores o que é de direito, mas também compreendeu que se fosse feita no momento uma mudança, isso poderia comprometer os servidores e qualquer mudança feita pelos vereadores entraria na inconstitucionalidade; disse que tinha que ser lembrado que não era um aumento, mas um reajuste salarial que todos têm direito, pois o preço de muitas coisas estava aumentando e seu voto seria favorável ao projeto. O **Vereador Júlio César Carneiro** mencionou que como funcionário público estatutário, não do município de Itapemirim, se colocava à disposição de todos do funcionalismo para cobrar o proveito ao Prefeito José Lima referente à compensação dos 4%, em seguida disse que seu voto era favorável ao projeto. O **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo** disse que logo no início da sessão viu a preocupação do Vereador João Bechara Netto, que viram a manifestação de alguns servidores e deixou claro que a intenção dos vereadores era fazer o melhor, só que haviam chegado à conclusão de que qualquer alteração no projeto não poderia comprometer e perderiam tempo, pois precisariam do impacto financeiro e da declaração do ordenador de despesa; falou que a porcentagem de 4,77% era um direito do servidor e afirmou categoricamente que se o Prefeito José Lima tiver viabilidade econômica, o mesmo não mediria esforços para isso porque várias vezes defendeu o direito do servidor, mas no momento era importante apreciarem e aprovarem o Projeto de Lei da forma que estava, pois o servidor já vinha aguardando há muito tempo pacientemente; concluiu dizendo que seu voto seria favorável ao projeto da forma que se encontrava. O **Vereador Antônio Carlos Helvécio** cumprimentou a todos e disse que seu voto era favorável ao projeto porque a população, o funcionário mereciam respeito e há muito tempo os munícipes e funcionários inclusive, vinham sofrendo perseguições, como a Guarda Municipal, a qual parabenizou por estudarem e se capacitarem para chegar onde chegaram; disse ao Vereador João Bechara Netto que o mesmo tem sido um excelente vereador e tinha seu apoio e respeito ainda que as vezes tivessem divergência de ideias; fez um apelo ao prefeito em exercício que olhasse pelos 4,77%, pois é um direito do servidor e que isso fosse feito o mais rápido possível, pois dinheiro acreditava que tinha. O **Vereador João Bechara Netto** falou que sempre respaldou uma de suas bandeiras que é a luta pelos direitos dos servidores públicos e era a hora de falar, pois recentemente havia sido acusado de não lutar pelos servidores e estava comprovado, pois estava reivindicando a correção correta de 15,85% acumulada no período e quem o acusa, o Presidente do Sindicato, em momento algum encaminhou um Ofício para a Casa para dizer que o percentual estava errado; disse que estava apenas fazendo o seu papel de detalhista, de observar, se atentar e citou a oportunidade que o Prefeito em exercício José Lima tem de



CÂMARA MUNICIPAL DE
ITAPEMIRIM

PODER LEGISLATIVO

Rua Adiles André, s/nº

Bairro Serra Mar

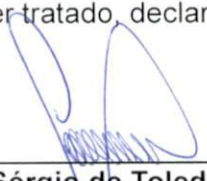
Itapemirim-ES

CEP: 29.330-000

Fone/Fax: (28) 3529-5108

E-mail: camara@camaraitapemirim.es.gov.br

encaminhar à Casa os 4,7706% referente ao período de novembro de 2019 a outubro de 2020; mencionou que o ex-prefeito Thiago teve uma oportunidade de encaminhar o valor correto de 15% um dia após a sua cassação de fato pelo TSE, mas mesmo assim foi cassado, afastado dando calote no servidor e isso era lamentável, mas o que importava era que o projeto seria aprovado e esperava que o Prefeito José Lima encaminhasse o restante dos 4,7706% para a Casa porque o servidor público tem direito a esse valor e seria justo homenagear o servidor que vem sofrendo tanto nos últimos anos. O **Vereador Erasto da Costa** disse que se o referido projeto fosse reprovado seria um crime e enquanto lá atrás se negaram a dar o benefício ao servidor que trabalha e luta em favor do município, se Deus quiser, o prefeito ajudaria; citou problemas que estão ocorrendo na Saúde e com os motoristas e disse que estes dependem do apoio dos vereadores e prefeito e era o momento de se unirem para apoiar a população. O projeto entrou em votação única, sendo aprovado por unanimidade. O **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo** disse que ainda queria falar sobre o concurso público, que uma categoria que ainda não havia sido contemplada é a de Assistente Social, que no município tinham apenas 04 (quatro) assistentes sociais efetivos e há uma demanda muito grande e seu apelo era para que fossem convocados; agradeceu a presença de todos que acompanham a sessão pela internet, ao público presente, aos vereadores, ao procurador, aos servidores da Casa, aos visitantes ex-vereadores Luquinha e Jessé e não havendo mais nada a ser tratado, declarou em nome de Deus encerrada a presente sessão.


Paulo Sérgio de Toledo Costa

Presidente

João Bechara Netto

Vice-Presidente

DEMAIS EDIS:

Erasto da Costa Rocha

Benildo Henriquez

ANTÔNIO CARLOS HELVÉCIO

Durvinha da Silva

Renildo Nascimento Picanke

Alcione de Amorim Gomes

Julio Cesar Soares de Magalhães

Alquimias Ferreira da Silva